



41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

SPG 22 - PARTIDOS POLÍTICOS E SUAS ARENAS DE ATUAÇÃO

**GEOGRAFIA ELEITORAL E ESTRATÉGIA PARTIDÁRIA NAS ELEIÇÕES
PARA VEREADOR SOB O SISTEMA ELEITORAL DE LISTA ABERTA**

*Lucas de Oliveira Gelape**

CAXAMBU, 23 A 27 DE OUTUBRO DE 2017

* Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo, bolsista Capes/Proex. Mestre em Ciência Política pela UFMG. Este trabalho contou com o apoio da Capes/Proex. E-mail: lgelape@gmail.com.



RESUMO:

Apesar dos incentivos personalistas proporcionados pelo sistema eleitoral de lista aberta no Brasil, a literatura vem apontando para a existência de um papel estratégico e coordenador dos partidos nessas eleições. Este trabalho busca explorar a relação entre a distribuição espacial de votos, em eleições para o cargo de vereador em grandes municípios brasileiros (no caso, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, em 2008/2012/2016), e estratégias partidárias na arena eleitoral. Para tanto, são analisados três aspectos: o número de candidatos lançados por cada partido; os padrões individuais de distribuição espacial de votos dos candidatos competitivos; e a sobreposição de candidatos das listas partidárias em um mesmo território da cidade. Esta exploração inicial revelou indícios frágeis de comportamento estratégico dos partidos nessa disputa: o número de candidatos das listas varia de forma considerável entre eleições, e na maioria das vezes em que é possível atribuir um território a determinado candidato, ele é o único da lista partidária com tal atributo. Porém, de maneira geral, as listas de candidatos são extensas e os candidatos competitivos têm padrão de votação disperso-compartilhado, o que sugere que sua votação não é circunscrita a poucas regiões da cidade e que ele disputa diretamente esses votos com outros candidatos (intra ou extra lista).

PALAVRAS-CHAVE: Geografia Eleitoral. Estratégias Partidárias. Lista Aberta. Vereadores.



1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca explorar a relação entre a distribuição espacial de votos em eleições para o cargo de vereador em grandes municípios brasileiros (no caso, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, em 2008, 2012 e 2016) e estratégias partidárias na arena eleitoral. Trata-se de um trabalho exploratório no qual *procura-se por indícios da existência de coordenação partidária na disputa eleitoral para o cargo de vereador*. Trata-se de pesquisa em estágio inicial desenvolvida a partir dos resultados da dissertação de mestrado do autor.

A relevância de fatores geográficos em sistemas proporcionais é documentada pela literatura recente (LATNER; MCGANN, 2005; PUT, 2016), acompanhando o crescente interesse na temática de geografia eleitoral, especialmente no Brasil (TERRON, 2012). Trata-se de uma área que permite a proposição de novos problemas de pesquisa, a partir da introdução de fatores geográficos em sua relação com fenômenos políticos. Incentivos para tais propostas advém dos ganhos teóricos obtidos da incorporação desses fatores nas análises, assim como das possibilidades trazidas pelas novas tecnologias para se trabalhar com dados espaciais.

A política local brasileira, em especial as câmaras municipais, é frequentemente caracterizada de forma negativa. Este seria um nível de disputa caracterizado pela baixa relevância dos legislativos, personalismo político, baixas estrutura organizacional e coesão ideológica. Além disso, a grande diversidade verificada entre as cidades brasileiras seria um desafio adicional para pesquisas neste nível (ROCHA; KERBAUY, 2014). Esta visão vem sendo criticada por diversos autores, que apontam para o fortalecimento do papel constitucional dos municípios com a Constituição de 1988 (SILVA, P. C., 2014), a importância dos vereadores na transmissão de demandas da população (ROCHA; SILVA, B. S. Da, 2017), ou seu papel na estruturação do sistema partidário nacional (KERBAUY, 2009). Ainda assim, pesquisas que lidam com os partidos em nível municipal apontam para o protagonismo de indivíduos e não das agremiações, quando vistos da perspectiva de candidatos e representantes (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; ROEDER; BOLOGNESI; CRUZ, 2017). Nesse sentido, cabe o questionamento: partidos são relevantes nas disputas proporcionais municipais? Eles



podem atuar como atores coordenadores das disputas, como sugerem estudos sugerem sobre disputas para deputado federal (BRAGA; AMARAL, 2013; SILOTTO, 2016)?

Este artigo é composto por cinco seções. Após esta introdução, é feita uma breve discussão acerca da relevância dos partidos em disputas eleitorais, e como o espaço geográfico pode influenciar nas decisões partidárias, especialmente diante do sistema eleitoral de lista aberta brasileiro, em nível municipal. Em seguida, apresenta-se o desenho de pesquisa, com as hipóteses que norteiam o trabalho. A terceira seção relata e discute os principais resultados das análises. Nas considerações finais, organizam-se os principais achados e possíveis desdobramentos da pesquisa.

2 A FORMAÇÃO DAS LISTAS PARTIDÁRIAS E A GEOGRAFIA ELEITORAL EM ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

Em sua definição mínima¹, Giovanni Sartori (1982, p. 85) defende que “um partido é qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que apresente em eleições, e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não), candidatos a cargos públicos”. A partir dela, pode-se inferir que partidos organizam disputas eleitorais, inclusive lançando os candidatos que poderão ser escolhidos nesses pleitos.

Aceitando-se a premissa estabelecida pelo institucionalismo da escolha racional, os *selectorates*² devem buscar a maximização dos resultados eleitorais dos respectivos partidos, e a escolha dos candidatos deveria se nortear por este objetivo principal (NORRIS, 2004, cap. 8). Ainda que este não seja o único norte para a escolha dos candidatos, ele deve ser cumprido em alguma medida de forma a minimizar os riscos de redução do desempenho partidário (NORRIS, 2004, cap. 8). Nesse sentido, os partidos agiriam como *gatekeepers*, filtrando a seleção de candidatos, de acordo com características consideradas como desejáveis para atingir o objetivo de vencer as eleições (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995).

¹ “Uma definição mínima é quando todas as propriedades ou características de uma entidade não indispensáveis à sua identificação são apresentadas como propriedades variáveis, hipotéticas – e não como propriedades de definição” (SARTORI, 1982, p. 84)

² “The selectorate is the body that selects the candidates. It can be composed of one person, or several or many people. At one extreme the selectorate consists of the entire (general election) electorate of the nation. At the other extreme, the selectorate—or rather the selector—consists of a single party leader” (HAZAN, 2002, p. 111).



O espaço geográfico tem papel central na escolha dos representantes políticos, pois a territorialidade é elemento fundamental na conformação da representação política em sua concepção moderna (REHFELD, 2005). Apesar de distritos uninominais evidenciarem melhor a relevância deste espaço ao indicar claramente os limites da disputa por uma cadeira (ANDRE; DEPAUW, 2016, p. 2), sua relevância sob sistemas multinominais é objeto de diversas investigações recentes (ANDRE; DEPAUW, 2016; JANKOWSKI, 2016; LATNER; MCGANN, 2005; SHUGART; VALDINI; SUOMINEN, 2005), sendo que algumas delas incluem o fator *partido* em suas análises.

De acordo com Latner e McGann (2005), nos casos dos parlamentos nacionais de Israel e Holanda (“casos extremos” de sistemas proporcionais, no qual a geografia seria menos relevante, devido a alta magnitude e distrito único), ela é um fator importante, merecendo a atenção de partidos, que tendem a sobre-representar as regiões onde são fortes, mas não aquelas em que sua força é desproporcionalmente grande, o que sugere uma estratégia de maximização eleitoral. Analisando as listas de candidatos para a câmara baixa belga, num contexto de lista-flexível, Put (2016) aponta que os partidos belgas buscam expandir sua representatividade geográfica, uma vez detectada a chance realista de conquista de um maior número de cadeiras. Diante do peso eleitoral de grandes cidades em certos distritos, o equilíbrio entre municípios fica prejudicado, o que pode ser contrabalançado por métodos de seleção descentralizados (PUT, 2016). Porém, ao tentar cruzar volatilidade eleitoral, mudanças na composição da lista e processos de seleção de candidatos, Put, Maddens e Verleden (2017) encontram poucas sugestões de estratégia partidária a partir de bases geográficas de apoio, seja para uma estratégia de consolidação ou de expansão dos votos.

Tradicionalmente, considera-se que a configuração do sistema eleitoral de lista aberta brasileiro apresentaria incentivos para que candidatos cultivassem votos para si próprios, frente à disputa intrapartidária advinda dos distritos de grande magnitude e do alto número de candidatos competindo (MAINWARING, 1991). Destacava-se ainda a candidatura nata como evidência do pequeno controle das lideranças partidárias sobre a conformação das listas de candidatos (MAINWARING, 1991). É o que também será chamado de incentivos para o cultivo de “voto pessoal”, ainda que na elaboração teórica de Carey e Shugart (1995) o país não apresente os atributos que proporcionariam os



maiores níveis de incentivos para este voto³. Somados a esses aspectos, a grande extensão territorial desses distritos indicam que candidatos adotariam diferentes estratégias de campanha, que se refletiriam em uma espacialização diversa dos votos (AMES, 2003). Neste contexto, o “voto partidário” seria a exceção (SAMUELS, 1999).

Não é possível considerar que estes sejam os únicos incentivos decorrentes das regras formais. Para além deles, as regras eleitorais brasileiras apresentam incentivos para um papel coordenador, a ser desempenhado pelos partidos na disputa eleitoral (SILOTTO, 2016, cap. 1). Dentre outros, pode-se destacar que o ordenamento jurídico brasileiro (1) garante o monopólio da representação aos partidos, devido à necessidade de filiação partidária para concorrer e assumir mandato eletivo; (2) dá aos partidos a prerrogativa de conformação da lista⁴, o que lhes proporciona o papel de *gatekeepers* (SILOTTO, 2016); além de (3) estabelecer que o aumento da votação na lista partidária (pelo voto em candidatos ou em legendas) auxilia na eleição de representantes desse partido (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2002). A coordenação dos partidos parece assim fundamental para maximizar seus retornos eleitorais sob os incentivos formais brasileiros. Dessa maneira, estudos recentes indicam a relevância dos partidos como atores centrais na elaboração de estratégias eleitorais, como por exemplo no recrutamento (BRAGA; AMARAL, 2013), no financiamento de campanhas (CAMPOS, 2009; DOLANDELI DOS SANTOS, 2014), além de destacarem que a competição intralista parece menor do que sugerem os incentivos (SILVA, G. P. Da *et al.*, 2012).

Uma vez estabelecidos os incentivos eleitorais, a literatura que lida com a distribuição espacial de votos sob o sistema de lista aberta no Brasil apresenta um grande foco nos candidatos e, por vezes, o fator partido é ignorado ou pouco destacado em tais análises. Apesar de sugerir a importância de lideranças partidárias locais, Ames (2003) ignora as agremiações como característica relevante para influenciar a formação dos padrões espaciais de votação, fazendo-o somente a título de menção ou para destacar idiosincrasias⁵. Em seu trabalho inicial, Avelino, Biderman e Silva (2011) também

³ Figueiredo e Limongi (2002, p. 307) lembram que, descartando-se a candidatura nata, o sistema brasileiro se equivaleria ao chileno, sob o qual esses incentivos seriam menores. Aliás, para esses autores, a própria existência da candidatura nata (hoje inexistente), revelaria a existência de competição para entrada na lista, em um indicativo de controle partidário sobre estas, num raciocínio oposto ao apresentado pela literatura.

⁴ Ainda que estabelecendo algumas restrições à escolha, como pela reserva de vagas para candidaturas femininas ou de domicílio eleitoral.

⁵ Como a de que Orestes Quércia, ex-governador de São Paulo, controlava o PMDB paulista e não tolerava deserções (AMES, 2003, p. 68).



ignoram a dimensão partidária. Este aspecto se modifica em análise mais recente, quando esses autores apresentam os partidos como fator de interesse ao formular hipóteses que explicassem a dispersão de votos dos deputados federais eleitos (AVELINO; BIDERMAN; SILVA, G. P. Da, 2016). Carvalho (2003) é uma das exceções, ao se deter na relação entre os partidos e estratégias de territorialização do voto. Segundo ele, ao contrário das expectativas, partidos com maior vocação ideológica, como o PT e o PPB, possuíam mais deputados de padrão concentrado não-dominante; enquanto um maior número de deputados partidos de tipo *catch-all*, como o PMDB e o PFL, apresentavam votação dispersa e dominante (CARVALHO, 2003, p. 107–109). Observa-se assim que, para esta literatura, a espacialização dos votos de determinado candidato seria reflexo de atributos pessoais de candidatos, estratégias de campanha, ou de comportamento legislativo, sendo que partidos pouco importariam neste aspecto da competição.

Porém, conforme discutido, é possível observar que os partidos podem desempenhar papel estratégico na competição eleitoral, em busca de maximizar o seu desempenho (SILOTTO, 2016; SILVA, G. P. Da *et al.*, 2012). É razoável portanto esperar que eles também tenham atuação estratégica na territorialização dos votos dos candidatos, como relatado na literatura internacional, especialmente em contexto de votos preferenciais (LATNER; MCGANN, 2005; PUT, 2016). Para o caso brasileiro, Nicolau (2006) já apontava para a hipótese de relevância de fatores geográficos⁶ ou de diversidade social para a composição das listas. Tal hipótese foi parcialmente testada por Braga e Amaral (2013) para as eleições de deputado federal no estado de São Paulo. Esses autores identificam uma baixa superposição de candidatos competitivos (aquele que obteve mais de 5% dos votos em determinado município) nos municípios, o que sugeriria coordenação partidária para diminuir a disputa intralista nestes locais. Sob uma proposta inovadora de inclusão da dinâmica espacial nas eleições, Silotto (2016) também estuda a disputa para deputado federal no estado de São Paulo, destacando que os partidos parecem evitar a sobreposição de candidatos em uma mesma região do estado, o que ocorreria com maior frequência – ainda que baixa – somente na região metropolitana da capital, devido ao seu maior potencial eleitoral. Questiona-se então como isso se dá em nível intramunicipal, nas eleições de vereadores.

⁶ Figueiredo e Limongi (2002, p. 311) também sugerem esta hipótese ao dizerem que “em boa medida, o padrão espacial apresentado pode ser um reflexo da estratégia perseguida pelo partido ao compor a lista”.



Eleições para o legislativo municipal compartilham de alguns dos pressupostos de eleições cujo o distrito se dá nos limites do estado (pleitos para deputado federal e estadual): a manutenção do sistema eleitoral, monopólio da representação pelos partidos, número máximo de candidatos a serem lançados por partidos/coligações, controle do órgão partidário do nível do distrito na elaboração da lista de candidatos. Todavia, também apresenta divergências que merecem investigação. Ao contrário das eleições para deputado, a extensão territorial do distrito é bastante reduzida. Isso diminui os custos de realização de campanha por todo o distrito, quando comparados aos estados. O significado de unidades intramunicipais (como os bairros, subdistritos, distritos, etc) para os cidadãos pode ser distinto daquele que identificado para os municípios ou regiões do estado, de onde derivam alguns atributos de *localness* dos candidatos a deputados (SILOTTO, 2016). Além disso, os partidos parecem ter menos relevância em nível municipal, quando tomados do ponto de vista de candidatos ou representantes (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; ROEDER; BOLOGNESI; CRUZ, 2017).

A exploração de aspectos da geografia eleitoral de vereadores permite observar se aspectos da teoria acerca do funcionamento do sistema eleitoral de lista aberta, especialmente diante do complexo conjunto de incentivos proporcionados no Brasil, se mantém nesse nível de análise. Devido à existência de algumas características diversas daquelas verificadas para as eleições de deputados federais e estaduais, como a redução do espaço geográfico do distrito eleitoral, pode-se analisar o papel de determinados incentivos dentro deste amplo conjunto. Além disso, a proposta deste trabalho também permite investigar o papel dos partidos em nível municipal. Eles demonstram a mesma capacidade de coordenação daquela apresentada em nível estadual? Sendo assim, é um trabalho que permite verificar a adaptação de teorias aplicadas em outros níveis ao município (ROCHA; KERBAUY, 2014).

3 DESENHO DE PESQUISA

Na presente pesquisa, propõe-se um estudo exploratório sobre o reflexo dos partidos na territorialização de votos em grandes municípios brasileiros, mais especificamente Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, nas eleições de 2008, 2012 e 2016. Sendo assim, a pergunta de pesquisa é: *a distribuição espacial de votos dos*



candidatos a vereador em grandes municípios brasileiros pode indicar a presença de estratégias partidárias na arena eleitoral?

Optou-se pela escolha de mais de um município, de forma a aumentar o número de observações, e evitar a realização de estudos de caso baseados em único município, uma limitação comumente verificada em pesquisas sobre política local (ROCHA; KERBAUY, 2014). Além disso, diante das radicais diferenças entre perfis populacionais dos municípios brasileiros, foram escolhidos municípios que possuem algumas características semelhantes na configuração da sua competição eleitoral: capitais de unidades da federação, bastante populosos, sendo um distrito eleitoral de magnitude alta. Em nível municipal, esses são casos onde a coordenação partidária nas listas seria dificultada, pois reúnem algumas das magnitudes mais altas dessas disputas (55, 51 e 41 cadeiras respectivamente). Altas magnitudes aumentam a dificuldade dos partidos e candidatos em precisar a sua expectativa de votos, cadeiras conquistadas e posição na lista, com maiores barreiras à entrada e benefícios marginais do aumento do número de candidatos (CHEIBUB; SIN, 2015). Sendo assim, caso sejam encontrados indícios de coordenação partidária de candidaturas nesse nível, ele seria uma forte evidência de um comportamento mais generalizável dos partidos.

A exploração se dará em três etapas. A primeira se refere a um aspecto não-geográfico da disputa: o número de candidatos encontrados em cada lista partidária. As duas etapas subsequentes dialogam com o espaço geográfico. Começa-se pela análise agregada das características de distribuição espacial de votos dos candidatos, considerando seus partidos. E, posteriormente, é analisada a eventual superposição ou não de candidatos competitivos das listas dos partidos com o maior número de candidatos competitivos, em mesmas áreas da cidade. Em cada etapa, serão buscados indícios que apontem ou não para a existência de coordenação partidária na disputa eleitoral.

Inicialmente, seguindo a sugestão de Braga e Amaral (2013), Cheibub e Sin (2015), e Silotto (2016) serão verificados o número de candidatos lançados por cada lista. Nos casos em análise, a lei eleitoral brasileira permite que partidos lancem um número de candidatos até uma vez e meia a magnitude do distrito⁷. Se partidos não

⁷ Para os municípios analisados, até a reforma eleitoral de 2015, partidos podiam lançar um número máximo de candidatos referentes à 1,5 vezes a magnitude do distrito caso não estivessem coligados, e de 2 vezes tal magnitude, no conjunto da coligação (redação anterior do art. 10, da lei n. 9.504/1997). Após a reforma, esse limite é de 1,5 vezes a magnitude do distrito, independente da existência de coligação. Para este estudo, desconsidera-se a dimensão da coligação.



importassem, as listas seriam facilmente preenchidas e seriam frequentemente longas e/ou completas (CHEIBUB; SIN, 2015). Além disso, se a coordenação dos candidatos selecionados para a lista não fosse relevante, o comportamento racional seria a inclusão do maior número possível deles, de forma a agregar o maior número de votos, e aumentar o número de cadeiras conquistadas (CHEIBUB; SIN, 2015). Porém, em listas abertas, a inclusão de novos candidatos implica no aumento da competição, o que traz incerteza para os competidores, além de envolver custos, como aqueles relacionados a financiamento de campanhas (CHEIBUB; SIN, 2015). Sendo assim, apesar de aparentemente contra-intuitiva (BRAGA; AMARAL, 2013), a primeira hipótese é a de que *listas com um número de candidatos⁸ menor do que o máximo legal permitido sugerem a existência de coordenação partidária*. Além disso, outra importante evidência de estratégias partidárias seria derivada da *variação do número de candidatos/lista dos partidos entre os pleitos analisados*.

Em seguida, busca-se observar como os votos dos vereadores se distribuem no espaço. Uma das maneiras de se operacionalizar tal fenômeno é por meio da adaptação da proposta de Ames (2003) para deputados federais (GELAPE, 2017). Baseando-se numa leitura acerca dos incentivos personalistas decorrentes do sistema eleitoral brasileiro e realizando uma explicação distributivista para o funcionamento do Congresso, este autor propôs uma tipologia para a espacialização dos votos, com base no cruzamento de “duas dimensões”: vertical (dominante/compartilhado) e horizontal (concentrado/disperso). A dimensão vertical se refere à *força eleitoral* do candidato em certo município, e a horizontal tenta aferir se a votação concentrou-se em parte do território ou dispersou-se ao longo do distrito. Ou seja, candidatos “dominantes” teriam, em média, uma boa votação naqueles territórios onde ganham votos, e candidatos “concentrados” teriam votos em poucos territórios, em relação a todos aqueles em que se encontravam urnas. A partir do cruzamento entre essas dimensões, identificam-se quatro padrões espaciais para as votações dos candidatos eleitos, e cada padrão sugeriria diferentes estratégias adotadas por candidatos.

⁸ Para esta primeira exploração, foram consideradas todas as candidaturas registradas na Justiça Eleitoral, independentemente de seu *status* (impugnada, deferida ou renunciada), de forma a submeter esta hipótese ao seu teste mais rigoroso, isto é, “inflando” ao máximo o número de candidatos. As candidaturas foram obtidas do Repositório de Dados Eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (2017), por meio do pacote *electionsBR* (MEIRELES; SILVA, D.; COSTA, 2016), no R.



Tomando-se a ideia de que a regionalização dos votos é uma das formas de se diminuir a competição intralista, de forma a maximizar o sucesso eleitoral, tem-se a expectativa de que partidos atuariam estrategicamente para evitar a superposição territorial da votação de seus candidatos, para coibir a disputa de candidatos de uma mesma lista num mesmo território. Sendo assim, em uma exploração inicial, *espera-se que a predominância de candidatos com votação concentrada-dominante, concentrada-compartilhada e dispersa-dominante apontem para a probabilidade de coordenação partidária*, pois os candidatos localizariam geograficamente os seus votos e/ou são fortes em suas regiões, reduzindo a competição naqueles territórios. Isto é, seriam candidatos com votações concentradas, que somadas dariam força ao partido no município, ou candidatos com votações “seguras”, devido a sua força no território, que não permitiriam a entrada de concorrentes. A predominância de candidatos do tipo disperso-compartilhado sugere que os eleitos têm que espalhar seus votos, dividindo a votação nos bairros com diversos outros candidatos, possivelmente em conflito com concorrentes pertencentes à mesma lista ou partido.

Para classificar os candidatos segundo a proposta apresentada, os votos de cada um são inicialmente agregados a partir dos bairros (ou distritos, no caso da cidade de São Paulo, uma vez que este é o nível mais desagregado para o município, conforme a classificação do IBGE), identificados por meio da geocodificação dos locais de votação⁹. Em seguida, para a classificação na dimensão horizontal, é calculado o índice de Herfindhal-Hirschman para a votação de cada candidato, dividindo-os por meio de um procedimento de *k-means* em 6 *clusters*¹⁰. Para a classificação na dimensão vertical, calcula-se o índice de Dominância Média de cada candidato, e dividindo-os também por um procedimento de *k-means* em 6 *clusters*. O cruzamento da classificação nas duas dimensões apresenta a classificação adaptada da tipologia formulada por Ames (2003).

⁹ O TSE disponibiliza bases de dados com as informações dos locais de votação para todo o Brasil somente a partir das eleições de 2008. Tais bases contém o endereço de cada seção eleitoral. As coordenadas geográficas foram obtidas por meio da função *geocode* no R (KAHLE; WICKHAM, 2013), com posterior correção manual de pontos plotados fora dos limites municipais. Para a agregação em bairros, é necessária a agregação das seções eleitorais nos respectivos locais de votação, a identificação dos bairros nos quais se encontram tais locais, e a consequente agregação dos votos nessas unidades, a partir de *shapefiles* disponibilizados pelo IBGE (2017).

¹⁰ Discussões mais amplas sobre os índices e procedimentos de classificação podem ser encontradas em Corrêa (2016) e Gelape (2017).



Inicialmente, foram selecionados somente candidatos considerados competitivos¹¹, uma vez que são aqueles com reais chances de vitória, e exigiriam esforço dos partidos na coordenação das candidaturas¹².

Por fim, busca-se observar a superposição da votação de candidatos de um mesmo partido em determinada região do município. Silotto (2016, cap. 3.2) afirma que o ideal seria indicar um atributo regional a determinado candidato por meio de fatores exógenos à política, visto que ela estaria imersa no contexto espacial. Contudo, neste trabalho, argumenta-se pela utilização dos subdistritos (nos casos de Belo Horizonte e Rio de Janeiro) e das subprefeituras (São Paulo)¹³, pois tais divisões apresentam grande relevância política em nível municipal. É a partir delas que as prefeituras organizam distribuição de recursos, prestação de serviços, dentre outros, nos municípios (COUTO; ABRUCIO, 1995; GOMES, 2009). Além disso, as limitações de dados sobre os candidatos a vereadores dificultam a categorização semelhante à realizada por Silotto (2016) para deputados federais. Nesse sentido, utiliza-se a votação dos candidatos nas regiões como uma *proxy* para se atribuir o pertencimento a ela como atributo do candidato. Sendo assim, essas regiões foram associadas a um candidato quando responsáveis por mais que 30% da votação deste. A partir dessa categorização, pode-se verificar se há superposição de candidatos de um mesmo partido em uma mesma região. *A baixa sobreposição de candidatos em subdistritos e subprefeituras seria um indício de coordenação partidária nessas eleições* (BRAGA; AMARAL, 2013; SILOTTO, 2016).

Na próxima seção, são relatados os resultados iniciais desta pesquisa, investigando as hipóteses elencadas sobre a composição das listas de candidatos, padrões individuais de distribuição dos votos, e sobreposição de candidatos em um mesmo território.

¹¹ Todos os candidatos eleitos ou que tiveram votação superior a 10% do quociente eleitoral foram considerados competitivos.

¹² Cheibub e Sin (2015) e Silotto (2016) também defendem que os esforços da coordenação se direcionam aos candidatos com boa votação, apesar desses trabalhos não convergirem quanto à classificação desses candidatos. Neste estudo, utiliza-se o mesmo critério adotado por Silotto (2016).

¹³ Para a agregação dos locais de votação nessas unidades espaciais, para Belo Horizonte e Rio de Janeiro, foram utilizados os shapefiles do IBGE indicados anteriormente. Para São Paulo, foi utilizado shapefile disponibilizado pelo Centro de Estudos da Metrópole (2017).



4 RESULTADOS

4.1 Número de candidatos lançados por lista

Inicialmente, investiga-se o número total de candidatos lançados por cada lista, nos municípios e eleições analisadas. Devido ao grande número de partidos, foram destacados os 10 partidos¹⁴ que tiveram o maior número de candidatos competitivos em cada cidade¹⁵. De maneira geral, observa-se que os partidos lançam muitos candidatos, mas não preenchem a totalidade possível da lista. Além disso, para boa parte deles observa-se uma flutuação razoável no número de candidatos entre as eleições.

A tabela 1 apresenta o resultado para os 10 partidos que lançaram o maior número de candidatos competitivos em Belo Horizonte. A tabela 2 reporta os resultados para os 11 partidos que atingiram esse critério no Rio de Janeiro. E, a tabela 3 apresenta esses resultados para os 10 partidos nas eleições paulistanas.

TABELA 1 – Número absoluto de candidatos lançados (e candidatos competitivos) por partido, em Belo Horizonte

Partido	2008	2012	2016
PMDB	59 (9)	38 (4)	38 (4)
PMN	32 (4)	62 (1)	65 (7)
PPS	64 (3)	84 (6)	67 (3)
PRP	48 (8)	62 (3)	49 (1)
PSB	30 (5)	69 (14)	41 (8)
PSDB	59 (8)	56 (6)	57 (5)
PT	54 (12)	59 (12)	31 (5)
PT do B	65 (3)	75 (9)	64 (6)
PTC	58 (7)	63 (4)	63 (5)
PTN	46 (2)	64 (7)	62 (9)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE

Tendo em vista a magnitude de 41 nas três eleições analisadas, o número máximo que os partidos poderiam lançar em Belo Horizonte era de 62 candidatos. Nesse sentido, vários partidos chegam próximos ao valor máximo (sendo que alguns deles o ultrapassam¹⁶), contudo alguns deles apresentam valores mais baixos. O comportamento

¹⁴ Caso mais de um partido tenha o mesmo número de candidatos competitivos, e isso ultrapasse o número de 10 partidos, são incluídos todos os partidos com este número.

¹⁵ Como o foco do artigo está na discussão acerca da influência de fatores geográficos na coordenação de disputas intralistas, os partidos com menos candidatos competitivos foram excluídos da análise. Todavia, isso não significa que eles também não adotem estratégias de coordenação segundo o número de candidatos nas listas, sugerida por Braga e Amaral (2013), por exemplo.

¹⁶ Esta característica pode se dever ao critério adotado para a contagem de candidatos (que desprezou candidaturas renunciadas ou impugnadas) ou às coligações.



predominante nessas eleições é o lançamento de um alto número de candidatos, apesar das exceções (a mudança de regra em 2016 parece impactar, pois 5 dos 10 partidos passam a apresentar menos de 50 candidatos, ao contrário das eleições de 2008 e 2012, quando somente 3 e 1 partidos o fizeram, respectivamente). Além disso, observa-se que o comportamento dos partidos não é constante. Ou seja, ele varia entre as eleições. O PT, por exemplo, lança um alto número de candidatos em 2008 e 2012 (54 e 59), e diminui este número em 2016 (31). O PTN e o PMN têm comportamentos semelhantes: aumentam o número de candidatos depois de 2008, mantendo aproximadamente este número em 2016. Alguns partidos mantêm um número semelhante ao longo de todos esses pleitos, como o PSDB, o PT do B e o PTC. Outros partidos oscilam entre as eleições, como o PSB, que varia entre vales de poucos candidatos e um pico de 69 candidatos. As 4 listas que apresentam um número de candidatos menor que a magnitude têm poucos candidatos competitivos (no máximo 5). O maior número de candidatos competitivos parece estar relacionado à uma candidatura majoritária forte ou a um prefeito incumbente, apesar de outros testes serem necessários para se realizar afirmações neste sentido. As listas de candidatos dos partidos com maior número de candidatos competitivos parece prover baixos indícios de coordenação partidária: as listas são cheias, muitas vezes quase completas. Apesar disso, indícios de estratégias partidárias podem ser vistos na variação dessa característica da lista de um mesmo partido entre as eleições.

TABELA 2 – Número absoluto de candidatos lançados (e candidatos competitivos) por partido, no Rio de Janeiro

Partido	2008	2012	2016
DEM	63 (24)	78 (3)	78 (7)
PDT	78 (8)	82 (4)	79 (5)
PMDB	56 (7)	65 (20)	60 (22)
PP	58 (3)	78 (4)	71 (4)
PR	64 (7)	74 (4)	58 (1)
PSC	75 (5)	39 (4)	78 (3)
PSDB	74 (7)	80 (4)	59 (4)
PSOL	34 (2)	61 (5)	55 (10)
PT	65 (9)	77 (13)	37 (7)
PT do B	74 (9)	72 (1)	53 (2)
PTB	59 (3)	77 (3)	77 (5)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE



No Rio de Janeiro, cada partido poderia lançar, no máximo, 77 candidatos. De forma semelhante à Belo Horizonte, vários partidos chegam próximo ao limite, por vezes ultrapassando-o. Além disso, raras vezes esses partidos lançam menos candidatos do que o número de cadeiras em disputa (o que acontece em somente 3 oportunidades). Porém, alguns partidos apresentam variação no número de candidatos entre eleições, alternando entre valores maiores e menores de candidatos, como o PSC (75, 39 e 78 candidatos nas 3 eleições); aumentando o número de candidatos, como o PTB (59, 77 e 77, respectivamente) ou diminuindo, como o PT do B (74, 72 e 53, respectivamente). Os maiores números de candidatos competitivos também parecem estar relacionados com fortes candidaturas majoritárias (PMDB em 2012, PSOL em 2016) ou prefeito incumbente (DEM em 2008, PMDB em 2012 e 2016). Assim como observado para as eleições em Belo Horizonte, o cenário não é unívoco sobre a existência de estratégias partidárias. Os resultados vão em direção contrária à hipótese de coordenação a partir do número de candidatos/lista. Mas, indícios podem ser vistos quando se observa a variação do número de candidatos/lista num mesmo partido entre as três eleições investigadas.

TABELA 3 – Número absoluto de candidatos lançados (e candidatos competitivos) por partido, em São Paulo

Partido	2008	2012	2016
DEM	36 (16)	14 (4)	15 (6)
PMDB	31 (3)	62 (5)	43 (4)
PPS	75 (4)	79 (5)	25 (3)
PR	43 (7)	22 (7)	21 (4)
PRB	14 (1)	39 (3)	77 (8)
PSD	-	42 (15)	41 (6)
PSDB	99 (21)	41 (21)	46 (14)
PT	57 (22)	77 (24)	36 (17)
PTB	90 (6)	74 (7)	85 (5)
PV	86 (8)	89 (7)	83 (4)

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE

Por fim, as eleições no município de São Paulo apresentam um cenário um pouco distinto em relação às demais cidades estudadas. O número máximo de 83 cadeiras não é aproximado com tanta frequência, como nos demais. Até mesmo o número equivalente à magnitude de 55 é menos frequentemente ultrapassado (em 13 das 29 listas



elencadas). Os partidos também oscilam bastante, como o PPS, que lançou muitos candidatos em 2008 e 2012 (75 e 79), reduzindo sua lista em 2016 (25); o PRB, que aumenta progressivamente seu número de candidatos (14, 39 e 77, respectivamente); ou o PSDB, que reduz o número de candidatos a partir das eleições de 2012 (99, 41 e 46). Voltando o foco para as candidaturas competitivas, PT e PSDB são os principais protagonistas nessas três eleições, possivelmente refletindo as fortes candidaturas majoritárias ou prefeitos incumbentes (fato que se dá com o DEM em 2008 e com o PSD em 2012). Dentre os três municípios analisados, São Paulo parece apresentar as maiores evidências de coordenação partidária nas eleições: frequentemente suas listas apresentam um número relativamente mais baixos de candidatos, com as características das listas de cada partido oscilando entre os pleitos.

De maneira geral, pode-se dizer que as evidências acerca de estratégias partidárias na elaboração da lista quando observados seu tamanho não são unívocas. Em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro, a maioria dos partidos com o maior número de candidatos competitivos apresenta listas longas, aproximando-se do máximo permitido. Porém, os partidos apresentam relevante variação entre os pleitos. Em São Paulo, os indícios são mais robustos: as listas são menores e a variação se mantém. No que se refere às candidaturas competitivos, elas parecem mais relacionadas às candidaturas majoritárias ou prefeitos incumbentes do que ao tamanho das listas, hipótese que merece futuras investigações.

4. 2 Padrões individuais de distribuição dos votos agregados por partidos

A seguir, inicia-se a investigação acerca da relação entre distribuição espacial de votos dos candidatos e estratégias partidárias na formação das listas. O primeiro passo é a identificação de padrões de distribuição dos votos dos partidos com o maior número de candidatos competitivos, afinal, quanto mais candidatos competitivos um partido possui, maiores serão os desafios para ele coordenar a distribuição de recursos de suas listas. Conforme ressaltam Cheibub e Sin (2015), candidatos competitivos podem decidir disputar por outro partido caso vejam grande incerteza sobre a sua eleição na lista. Sendo assim, partidos com maior número de candidatos competitivos são mais exigidos em balancear os candidatos na disputa, de forma a maximizar seus votos. Uma das formas



em que isso pode se dar é evitando que esses candidatos disputem votos em uma mesma região.

Nesse momento inicial, conforme descrito na seção de desenho da pesquisa, os candidatos foram classificados segundo uma adaptação da taxonomia de Ames (2003). Em seguida, agregou-se o total de candidatos em cada partido segundo o padrão associado a ele. Espera-se que o maior número de candidatos de tipo dominante (seja concentrado ou disperso) sugira uma coordenação das candidaturas, pois tais candidatos têm elevada força eleitoral em alguns territórios da cidade, nos quais a competição é menor que em outros pontos. Além disso, candidatos de tipo concentrado-compartilhado também sugerem coordenação, pois apesar de não dominarem os territórios onde obtêm votação, eles ficam restritos a parte da cidade. Dessa forma, a soma de candidatos com votação concentrada em diferentes porções do município maximizariam os retornos eleitorais dos partidos. Porém, a predominância de candidatos do tipo disperso-compartilhado indicariam a ausência de coordenação, pois eles estariam obtendo votos por todo o município, em disputa com diversos outros candidatos, da mesma lista ou de outras.

As tabelas 4, 5 e 6 apresentam essa classificação para os cinco partidos que apresentam o maior número de candidatos competitivos no agregado das três eleições analisadas. As informações apresentadas reúnem o conjunto das três eleições, vez que foram observadas poucas diferenças entre elas: maioria de candidatos com padrão disperso-compartilhado, e distribuição entre os outros tipos.

TABELA 4 – Padrões individuais de distribuição de votos agregados por partidos, em Belo Horizonte (2008, 2012 e 2016)

	PT	PSB	PSDB	PT do B	PTN
Concentrado-Dominante	0	0	0	4	5
Concentrado-Compartilhado	0	0	0	1	1
Disperso-Dominante	0	3	1	1	1
Disperso-Compartilhado	29	24	18	12	11

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE e do IBGE



TABELA 5 – Padrões individuais de distribuição de votos agregados por partidos, no Rio de Janeiro (2008, 2012 e 2016)

	PMDB	DEM	PT	PDT	PSOL
Concentrado-Dominante	4	1	0	0	0
Concentrado-Compartilhado	3	3	6	0	1
Disperso-Dominante	5	3	0	0	0
Disperso-Compartilhado	37	27	24	17	16

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE e do IBGE

TABELA 6 – Padrões individuais de distribuição de votos agregados por partidos, em São Paulo (2008, 2012 e 2016)

	PT	PSDB	DEM	PSD	PV
Concentrado-Dominante	0	3	0	1	0
Concentrado-Compartilhado	2	1	2	1	2
Disperso-Dominante	1	0	4	0	0
Disperso-Compartilhado	60	52	20	19	17

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE e do IBGE

Esses resultados indicam que, nas eleições de 2008, 2012 e 2016, a grande maioria dos candidatos competitivos dos cinco partidos analisados em cada cidade teve uma votação de tipo disperso-compartilhado. Esse achado deve ser visto como uma evidência contrária à existência de coordenação eleitoral pelos partidos na formação das listas. Dentre as agremiações analisadas, em Belo Horizonte e São Paulo, observa-se que aquelas com mais candidatos competitivos ainda apresentam menos evidências de coordenação, pois verifica-se uma quantidade relativa maior de candidatos com votação dispersa-compartilhada. Deve-se destacar ainda que a maior parte dos candidatos competitivos apresentaram valores bastante baixos dos índices utilizados para medir para as dimensões horizontal e vertical¹⁷. Ou seja, a classificação realizada pode estar

¹⁷ Resultados semelhantes são encontrados caso sejam selecionados somente os vereadores eleitos.



superestimando as características de concentração e dominância. Assim, mesmo com o reforço da classificação, as evidências de coordenação são fracas.

Esses indícios, porém, não afastam inequivocamente a possibilidade de coordenação partidária nessas eleições, apesar de reforçarem tal possibilidade. Ainda é necessário tentar identificar a regionalização de votos dos candidatos em cada partido e lista, e relacioná-los aos eventuais territórios eleitorais das cidades. Esta exploração permitirá identificar maiores evidências de existência ou não de coordenação partidária.

4.3 Sobreposição de candidatos numa mesma região da cidade

A partir dos resultados apresentados na seção anterior, espera-se que vários dos candidatos competitivos elencados não possam ter uma região como atributo pessoal, tendo em vista o caráter disperso da votação. Seria esse o caso? As tabelas 7, 8 e 9 a seguir relatam a sobreposição de candidatos nas regiões de cada município. As três primeiras linhas de cada uma indicam o número de regiões que são atribuídas a 1, 2 ou 3 candidatos de uma mesma lista. Em seguida, são reportados o número de candidatos não atribuídos a nenhuma região, e por fim o total de candidatos de cada lista. Foram selecionados os três partidos que lançaram o maior número agregado de candidatos competitivos nas eleições de 2008, 2012 e 2016, em cada cidade. A contagem, porém, é realizada para cada pleito individualmente, já que as estratégias podem se modificar entre as eleições.

TABELA 7 – Número de candidatos por subdistrito em Belo Horizonte, de acordo com a sobreposição de candidatos

	PT			PSB			PSDB		
	2008	2012	2016	2008	2012	2016	2008	2012	2016
1 candidato	6	2	3	2	7	5	-	2	4
2 candidatos	4	1	-	-	-	-	-	1	-
3 candidatos	-	1	-	-	1	-	2	-	-
Não atribuídos	2	5	2	3	4	3	2	2	1
Total de candidatos	12	12	5	5	14	8	8	6	5

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE e do IBGE



TABELA 8 – Número de candidatos por subdistrito no Rio de Janeiro, de acordo com a superposição de candidatos

	PMDB			DEM			PT		
	2008	2012	2016	2008	2012	2016	2008	2012	2016
1 candidato	5	8	6	8	1	2	3	4	2
2 candidatos	-	2	4	3	-	-	1	-	1
3 candidatos	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Não atribuídos	2	8	8	7	2	5	4	9	3
Total de candidatos	7	20	22	24	3	7	9	13	7

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE e do IBGE

TABELA 9 – Número de candidatos por subprefeituras em São Paulo, de acordo com a superposição de candidatos

	PT			PSDB			DEM		
	2008	2012	2016	2008	2012	2016	2008	2012	2016
1 candidato	4	6	4	4	5	2	6	1	-
2 candidatos	2	2	1	-	-	1	-	1	1
3 candidatos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não atribuídos	16	14	11	17	16	11	10	1	4
Total de candidatos	22	24	17	21	21	14	16	4	6

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de informações do TSE e do IBGE

Em Belo Horizonte, é possível perceber que os partidos sobrepõem mais de dois candidatos em uma região em poucas ocasiões. Além disso, vê-se que um número razoável de candidatos disputa como único candidato do território em sua lista. O alto número de candidatos não atribuídos está na direção esperada (32% do total). Esse comportamento é semelhante ao observado entre os três partidos analisados no Rio de Janeiro: somente o DEM em 2008 vai apresentar 3 candidatos de um mesmo território, e pouco mais de 40% não tem nenhuma região atribuída a ele. Em São Paulo, a tendência verificada no Rio de Janeiro se agrava, com quase 70% dos candidatos não possuindo uma região vinculada a eles.

Estes resultados são coerentes com o padrão de votação individual dos candidatos: uma vez que a maior parte deles dispersa e compartilha votações, não é esperado que eles possuam vínculos regionais que sejam visíveis única e exclusivamente pelas suas votações. Em Belo Horizonte, isso ocorre com maior frequência (68% dos candidatos analisados têm uma região vinculada), possivelmente devido ao menor número



de territórios (9 subdistritos, em relação aos 33 do Rio de Janeiro e 31 de São Paulo). De qualquer forma, foi observado que, na maioria dos casos em que é possível indicar o pertencimento de um candidato a certa região, ele é o único a pertencer à lista do partido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou explorar indícios de estratégias partidárias na formação das listas de candidatos em eleições municipais, a partir do número de candidatos nas listas e aspectos geográficos resultados eleitorais das eleições de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, em 2008, 2012 e 2016. A literatura nacional e internacional sugere a relevância de fatores geográficos nas eleições sob sistemas proporcionais, inclusive na perspectiva de estratégias partidárias na composição de listas. Contudo, este comportamento é colocado sob um rigoroso teste no contexto das eleições municipais brasileiras, nas quais as evidências sobre a relevância dos partidos na seleção de candidatos e desenvolvimento das campanhas não é unívoca (BRAGA; LEINE; SABBAG, 2017; BRAGA; PRAÇA, 2007; ROEDER; BOLOGNESI; CRUZ, 2017).

As hipóteses exploradas no estudo envolveram a extensão da lista de candidatos lançadas pelos partidos, padrões espaciais de votação dos candidatos competitivos, e a sobreposição de candidatos vinculados a regiões das cidades. Ao contrário de trabalhos que analisaram a formação das listas de candidatos a deputado federal sob esses aspectos (BRAGA; AMARAL, 2013; SILOTTO, 2016), as evidências de comportamento estratégico dos partidos nessas etapas foram frágeis. Os partidos lançaram longas listas de candidatos em boa parte das vezes, apesar desse comportamento variar ao longo do tempo. O predomínio de candidatos competitivos com votação dispersa-compartilhada sugere baixa probabilidade de fatores geográficos na composição da lista, ao menos do ponto de vista dos candidatos competitivos. Por fim, a atribuição de territórios aos candidatos pela proxy sugerida não é muito bem sucedida: uma grande quantidade dos candidatos não tem nenhum território atribuído a ele (o que vai na direção esperada a partir dos resultados dos padrões individuais). Contudo, é mais frequente que o candidato seja o único da lista partidária a disputar o território ao qual pertence, quando lhe é possível atribuir algum.



Em desdobramentos futuros, a exploração das hipóteses do trabalho pode ser refinada. Os critérios para a inclusão de candidatos nas listas podem incluir as coligações ou serem mais rigorosos do que o adotado. A *proxy* utilizada para a atribuição de territórios aos candidatos também pode ser melhorada, para incluir outras características destes candidatos, algo dificultado pela disponibilidade de dados. Outras características dos partidos podem ser agregadas, como as dimensões de inclusão e centralização destacadas por Hazan e Rahat (2010). A análise pode também se afastar do foco exclusivo em candidatos competitivos, de forma a considerar a lista completa, apesar dos apontamentos de Cheibub e Sin (2015) acerca da baixa relevância desses candidatos na coordenação partidária. De qualquer maneira, as evidências preliminares desta pesquisa sugerem que evidências de estratégias partidárias que consideram fatores geográficos nas eleições proporcionais nos municípios de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo parecem frágeis e merecem explorações mais aprofundadas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ANDRE, A.; DEPAUW, S. Looking beyond the district: The representation of geographical sub-constituencies across Europe. **International Political Science Review**, 12 dez. 2016. p. 1–17.
- AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; SILVA, G. P. Da. A Concentração Eleitoral nas Eleições Paulistas: Medidas e Aplicações. Rio de Janeiro: **Dados**, 2011. v. 54, n. 2, p. 319–347.
- _____; _____. A Concentração Eleitoral no Brasil (1994-2014). **Dados**, out. 2016. v. 59, n. 4, p. 1091–1125.
- BRAGA, M. Do S. S.; AMARAL, O. Implicações do Processo de Seleção de Candidatos na Competição Partidária: o caso brasileiro. Curitiba: **Revista de Sociologia e Política**, jun. 2013. v. 21, n. 46, p. 33–43.
- _____; LEINE, P.; SABBAG, G. Partidos e representação na política local: perfil sócio-demográfico e vínculos político-partidários dos vereadores paulistas. **Colombia Internacional**, 1 jul. 2017. v. 91, p. 117–150.
- _____; PRAÇA, S. Recrutamento partidário: seleção de candidatos à Câmara paulistana. In: BRAGA, M. do S. S.; KINZO, M. D. G. (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 179–203.
- CAMPOS, M. M. **Democracia, Partidos e Eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. Tese de Doutorado.
- CAREY, J. M.; SHUGART, M. S. Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas. **Electoral Studies**, dez. 1995. v. 14, n. 4, p. 417–439.
- CARVALHO, N. R. De. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. Bases de dados. Divisão Territorial. [S.l.], 2017. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/bases_shape/CEMsubpref_shape.rar>.
- CHEIBUB, J. A.; SIN, G. Order in Chaos: Intra Party Coordination in Open List PR Systems. Carlos III-Juan March Institute of Social Sciences, Madrid: [s.n.], 2015. Disponível em: <<http://recursos.march.es/web/ceacs/actividades/pdf/Cheibub.pdf>>.
- CORRÊA, F. S. **O que fazer para sobreviver politicamente? Padrões de carreira dos deputados estaduais no Brasil**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Tese de Doutorado.
- COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L. Governando a Cidade? A força e a fraqueza da Câmara Municipal. **São Paulo em Perspectiva**, 1995. v. 9, n. 2, p. 57–65.
- DOLANDELI DOS SANTOS, R. Partidos na arena eleitoral: o financiamento das listas de candidatos a deputado federal no Rio de Janeiro em 2010. **Paraná Eleitoral**, 2014. v. 3, n. 1, p. 133–169.
- FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. Incentivos eleitorais, partidos e política



orçamentária. Rio de Janeiro: **Dados**, 2002. v. 45, n. 2, p. 303–344.

GELAPE, L. De O. **A geografia do voto em eleições municipais no sistema eleitoral de lista aberta: um estudo a partir de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017. Dissertação de Mestrado.

GOMES, C. A. T. **Conexão Eleitoral na Cidade: geografia do voto e projetos de lei em Belo Horizonte (2001-2007)**. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009. Dissertação de Mestrado.

HAZAN, R. Y. Candidate Selection. In: LEDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, P. (Org.). **Comparing democracies 2: new challenges in the study of elections and voting**. 2nd ed. London ; Thousand Oaks: Sage, 2002, p. 108–126.

_____; RAHAṬ, G. **Democracy within parties: candidate selection methods and their political consequences**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Bases e Referenciais. **Malhas Digitais. Bases Cartográficas.**, [S.l.], 2017. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_de_setores_censitarios__divisoes_intramunicipais/censo_2010/>. Acesso em: 17 set. 2017.

JANKOWSKI, M. Voting for locals: Voters' information processing strategies in open-list PR systems. **Electoral Studies**, set. 2016. v. 43, p. 72–84.

KAHLE, D.; WICKHAM, H. ggmap: Spatial Visualization with ggplot2. **The R Journal**, jun. 2013. v. 5, n. 1, p. 144–161.

KERBAUY, M. T. M. As Eleições Municipais de 2008: Federações Partidárias ou Partidos Nacionais. **Perspectivas**, 2009. v. 35, p. 15–33.

LATNER, M.; MCGANN, A. Geographical representation under proportional representation: The cases of Israel and the Netherlands. **Electoral Studies**, dez. 2005. v. 24, n. 4, p. 709–734.

MAINWARING, S. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: o Brasil numa Perspectiva Comparada. São Paulo: **Novos Estudos - CEBRAP**, mar. 1991. n. 29, p. 34–58.

MEIRELES, F.; SILVA, D.; COSTA, B. **electionsBR: R functions to download and clean Brazilian electoral data**. Disponível em: <http://fmeireles.com/files/electionsbr.pdf>.

NICOLAU, J. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. **Dados**, 2006. v. 49, n. 4, p. 689–720.

NORRIS, P. **Electoral Engineering Voting Eules and Political Behavior**. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press, 2004.

_____; LOVENDUSKI, J. **Political recruitment: gender, race, and class in the British Parliament**. Cambridge [England] ; New York: Cambridge University Press, 1995.

PUT, G.-J. Determinants of Geographical Representation on Candidate Lists in Flexible-List Systems: Lessons from the Belgian Case. **Politics**, maio. 2016. v. 36, n. 2, p. 180–196.

_____; MADDENS, B.; VERLEDEN, F. The within-district distribution of party candidates: A geographical analysis of party lists for Belgian lower house elections. **Acta**



Política, abr. 2017. v. 52, n. 2, p. 241–260.

REHFELD, A. **The concept of constituency: political representation, democratic legitimacy, and institutional design**. New York; Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

ROCHA, M. M. Da; KERBAUY, M. T. M. Poder local e representação política nos municípios brasileiros: contribuições para uma agenda de pesquisa. In: ROCHA, M. M. Da; KERBAUY, M. T. M. (Org.). **Eleições, partidos e representação política nos municípios brasileiros**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014, p. 17–34.

_____; SILVA, B. S. Da. O poder de indicar: preferências legislativas de vereadores mineiros. **Cadernos Adenauer**, 2017. v. XVIII, n. 2, p. 185–208.

ROEDER, K. M.; BOLOGNESI, B.; CRUZ, G. C. Seleção de candidatos e poder local: estrutura e personalismo nas eleições de 2016 em Curitiba. Montevideu: [s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.congressoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjQ6IjI4NjMiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiMTY3YmQyYWYzYjE4ODMyNDc5YjYwZDZTYwOGUyYjQiO30%3D>>.

SAMUELS, D. Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-centric Electoral Systems: Evidence from Brazil. **Comparative Political Studies**, 1 jun. 1999. v. 32, n. 4, p. 487–518.

SARTORI, G. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro; Brasília: Zahar; Editora Universidade de Brasília, 1982.

SHUGART, M. S.; VALDINI, M. E.; SUOMINEN, K. Looking for Locals: Voter Information Demands and Personal Vote-Earning Attributes of Legislators under Proportional Representation. **American Journal of Political Science**, abr. 2005. v. 49, n. 2, p. 437–449.

SILOTTO, G. **A dimensão regional das estratégias partidárias em eleições proporcionais de lista aberta no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Dissertação de Mestrado.

SILVA, G. P. Da *et al.* **Competição Política e Sistema Eleitoral Brasileiro: Algumas Evidências Empíricas**. Gramado, RS: [s.n.], 2012. Disponível em: <http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2014/04/9_7_2012_16_36_40.pdf>.

SILVA, P. C. **O Poder Legislativo Municipal: estrutura, composição e produção**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-21052015-113557/publico/2014_PatrickCunhaSilva_VOrig.pdf>.

TERRON, S. Geografia Eleitoral em Foco. Belo Horizonte: **Em Debate**, maio. 2012. v. 4, n. 2, p. 8–18.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Repositório de Dados Eleitorais. [S.l.], 2017. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em: 17 set. 2017.